



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

"ESCRITORES, ESCREVEDORES E ESCREVINHADORES": O Campo de Produção Cultural nos anos 40, segundo os Anuários Literários de 1941/42 e 1948

Rui Branco*, Tiago Moreira*, Ricardo Roque*

Os Anuários Literários de 1941/42 e 1948

Esta comunicação resulta da análise de duas fontes sistemáticas produzidas durante os anos 40 em Portugal. São elas o Anuário dos Escritores de 1941 e 1942^[1] e o Anuário Artístico e Literário

de Portugal publicado em 1948.^[2] Estes objectos apresentam-se como listas sistemáticas de indivíduos. Cada indivíduo é descrito através de informações mínimas como o nome, a residência, a profissão, a data de nascimento, a escolaridade, as colaborações em publicações periódicas, editoras, a associação de carácter profissional ou cultural, os pseudónimos literários e as áreas temáticas de produção cultural. Exemplos típicos da presença nestes anuários são os seguintes:

"REDOL, Alves (António Alves Redol) - n. de Vila Franca de Xira, 29-12-1911 - Escritor - ROMANCE, CONTO, TEATRO e FOLCLORE.

End. - AV. DE BERNA, 56, r/c., Lisboa.

Edit. - Editorial Inquérito"^[3]

"SALAZAR, António de Oliveira - n. de Vimieiro, Santa Comba Dão, 28-4-1889 - Doutor em Direito pela Un. de Coimbra; Doutor *honoris causa* por várias Un. estrangeiras, entre elas a inglesa de Oxford e a americana de Fordham - Ant. prof. do Colégio Via-Sacra (Viseu) - Prof. Catedr. de Ciênc. Econ. da Fac de Dir. da Un. de Coimbra, Ex-Ministro das Finanças, Guerra, Colónias e Neg. Estrangeiros, e actual Presid. do Conselho de Ministros - CIÊNCIAS ECONÓMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS, JURISPRUDÊNCIA.

End. - R. DA IMPRENSA, I, Lisboa. Telef. 60141 a 60149."^[4]

Dos Anuários de 1941/42 constam 1410 indivíduos; do de 1948, constam 2031.

Contextualização das fontes e construção da informação

A edição de recenseamentos sistemáticos de "escritores, escrevedores e escrevinhadores"^[5] constitui uma novidade, alargando ao âmbito da produção cultural formas já estabelecidas no domínio comercial (Anuário Comercial), nos modos de registo do "mundo de intelectuais, portugueses,

ou estrangeiros, que entre nós residam e aqui dêem publicidade aos seus livros".^[6] Estamos longe dos tradicionais "inquéritos à vida literária" que, desde os anos dez e vinte deste século, povoaram

os jornais.^[7] Se aí se relacionavam tomadas de posição sobre o campo de produção cultural e, especialmente, sobre as "crises" do campo literário, nas fontes aqui analisadas apenas se percebem essas tomadas de posição através das tomadas de posição sobre si, expressas na forma de produção-de-si. Também não se assemelham a colectâneas de entrevistas a escritores que visavam identificar os princípios organizadores da "vida intelectual", isto é, dos intelectuais, onde o

que está em causa é a definição de um estilo de vida legítimo.^[8]

Cada entrada resulta da resposta a um Boletim de Informação que ambos os organizadores distribuíram. Podemos imaginar a situação de resposta ao Boletim de um modo típico: o

indivíduo receberia, pelo correio, o Boletim e uma "circular explicativa" que pediam informações sobre ele. Esta situação, e avaliando apenas pela forma aberta do Boletim (já que, infelizmente, não temos acesso à "circular"), configura um quadro relacional em que ao indivíduo é pedido que se formalize. Esta situação assemelha-se, de certo modo, aos inquéritos auto-administrados. Os pedidos concretos expressos no Boletim (nome, data de nascimento, etc.) colocam o indivíduo perante si próprio. Neste sentido, chamamos ao processo de preenchimento, ou não, do Boletim, a produção-de-si. O que era pedido, a formalização de si mesmo objectivada nos eixos fundamentais de definição da "pessoa literária ou científica", implicava um movimento reflexivo do agente. Esse movimento mobilizava também, num contexto mais ou menos intersubjectivo, o conhecimento prático que o indivíduo inquirido tinha sobre as práticas e instituições culturais.^[9] A capacidade de elaborar, discursivamente, sobre si, inclusivé ocultando ou mentindo^[10], apoia-se no *sense of one's place*, isto é, no conhecimento do mapa e da sua localização subjectiva nesse mapa.^[11] É assim que, para nós, a informação fornecida tem tanta importância como a não informação. As variáveis consideradas dizem respeito às propriedades sociais inferidas a partir das informações minimais contidas em cada entrada. Em termos analíticos, podemos distinguir dois tipos de variáveis: as que resultam do autoposicionamento do indivíduo no campo cultural através da referência a eixos relativos ao espaço social (género sexual, idade, escolaridade, profissão e residência) e as que resultam de um posicionamento no campo através de codificações específicas a este (áreas de produção 1, 2 e 3). A coincidência entre categorias da variável e categorias coevas usadas na interpretação do mundo social constituiu um movimento de contextualização. A construção da variável género sexual funda-se na distinção entre sexo e género e é codificada a partir do género inscrito no nome literário do indivíduo.^[12]

A idade é medida pelo intervalo entre a data de nascimento, declarada, e 1948.

A variável escolaridade inclui, para além dos níveis institucionalizados de ensino e da não informação, a categoria "autodidata".

A variável profissão utiliza na sua codificação a classificação de profissões adoptada no VIII Recenseamento Geral da População de 1940 para as "Profissões Predominantemente Intelectuais e Artísticas" e três outras categorias: proprietário, outra profissão intelectual e outra profissão técnica ou manual.^[13]

Os distritos servem-nos para codificar a variável residência.

As áreas de produção partem da classificação existente na altura para descrever o volume e estrutura da edição, no Anuário Estatístico.

Da análise bivariada dos dados dos dois Anuários podemos concluir que as relações estruturais que desenham a informação são idênticas de uma fonte para a outra. O Anuário de 1948 parece, no entanto, dar, por um lado, maiores garantias de representatividade dado o modo de recolha dos indivíduos (consulta de bibliotecas, livrarias, editoras e redacções de jornais, para além das redes sociais mobilizadas pelo organizador) e, por outro, fornecer informação mais diversa, melhor. A análise factorial das correspondências múltiplas dos dados compilados em 1948 permite observar as relações mais importantes, inscritas na análise bivariada. Este instrumento caracteriza-se por relacionar as modalidades das variáveis através da distância à situação teórica de independência, construindo eixos que articulam relações de oposição, associação e independência.

Dominações e Autonomia na Produção-de-si

No novelo de relações que constrói o primeiro factor é identificável um sentido. De um lado, concentram-se as modalidades de não-resposta de todas as variáveis e a modalidade feminino da variável género sexual. Do outro, encontra-se uma massa de informação que corresponde ao conjunto de informação declarada. O modo de produção-de-si organiza uma grande parte da massa de informação total e sugere a constituição de duas modalidades distintas nos processos representacionais de ocultação/desocultação das propriedades sociais requeridas pelo organizador.

A zona da não-declaração configura um movimento onde confluem duas estratégias.

Elementos contextuais autorizam-nos a interpretar a associação do género feminino com o conjunto das não respostas como produto do "lugar natural" do feminino no campo de produção cultural.

A desvalorização do trabalho feminino encontra no campo cultural o espaço da sua legitimação; é aqui que se estruturam as categorias de percepção das posições relativas dos géneros dentro e fora do campo cultural. Podemos, igualmente, avançar a hipótese de ser esta ocultação uma forma de representação da autonomia do campo através da construção da desvinculação social do produtor.

A zona da declaração agrega todas as modalidades declaradas sem distinção. O fornecimento de todas as propriedades sociais que definem, na fonte, o produtor cultural representa, assim, o outro modo

típico de produção-de-si.

No entanto, essa agregação é inequivocamente polarizada no eixo 2, opondo exemplarmente os Professores de Ensino Superior e campo científico a Outras Profissões Técnicas ou Manuais e campo literário. A ideia da existência de uma hierarquia social no campo de produção cultural permite-nos designar o segundo eixo como posição no campo de produção cultural. As propriedades associadas ao pólo dominado são: campo literário, escolaridade menor que universitário, género feminino, profissões menos credenciadas (Jornalista e Outras Profissões Técnicas e Manuais), profissões desvalorizadas (Professores Não Discriminados, Primários e Línguas), e a ocultação da condição profissional. Por seu lado, o pólo dominante agrega as seguintes propriedades: campo científico, escolaridade pelo menos universitária, masculino, profissões credencializadas (como Professor de Ensino Superior ou Médico), e a produção de História e Política. No fundo, estamos perante um eixo de poder social, que ilustra, de forma clara, o que avançámos como interpretação do primeiro eixo: a proximidade entre o campo literário e a não declaração de profissão e destes com o feminino. ^[14]

Tal como o eixo 2 ilumina as relações que no eixo 1 se indiferenciavam, o eixo 3 vem diferenciar os elementos da estrutura do campo de produção cultural tal como se encontravam desenhados no segundo factor.

Assim, de um lado, os campos literário e científico, lugares da autonomia dentro do campo de produção cultural, com um alto grau de institucionalização, e, do outro, dois tipos de lugares de heteronomia: um, marcado pela escolaridade baixa e o jornalismo (desvalorizado e em transformação no processo de "despolitização" do espaço público) e profissões a ele ligadas; outro, menos diferenciado ligado à produção de História e Política, lugares do campo cultural em estreita relação com o campo político, feita por Oficiais do Exército, Directores de Estabelecimentos

Culturais (Museus, Bibliotecas, etc) e Clero Secular Católico. ^[15] Na relação com o eixo 2, que configurava relações de poder, estes dois pólos típicos hierarquizam-se, ficando o jornalismo numa posição mais desclassificada. A designação deste eixo não pode, então, deixar de ser: autonomia/heteronomia.

O cruzamento dos eixos 2 e 3 forma quatro espaços de sentido identificáveis com cada um dos quadrantes. A hierarquia entre os quadrantes é produzida pela relação entre capital específico do campo de produção cultural e capital acumulado fora das lógicas do campo.

O lugar relacional aparentemente neutral e relativamente indistinto que a História ocupa no plano factorial esconde a sua importante função. Como dissemos, o campo de produção cultural está socialmente polarizado, em torno do campo científico, associado a traços sociais valorizados, por um lado, e, por outro, o campo literário, associado a traços sociais desvalorizados (posição no campo de produção cultural). Duas faces da mesma moeda, estas valorações assimétricas fazem parte de um mesmo processo comum, em que, pensamos, a História cumpre uma função de mediação, produzindo e reproduzindo a estrutura bipolar. Tal função baseia-se na importância de a posse da interpretação legítima do passado dos campos e das relações entre eles, própria ao processo histórico de construção de qualquer campo, ser reforçada pelo lugar contextualmente produzido para a História. ^[16]

Ao produzir a historicidade dos vários campos, a racionalidade histórica legitima as suas identidades, colocando-os, do mesmo passo, numa relação sociohistórica de poder, legitimando a hierarquia interna do campo de produção cultural. A esta função, especialmente visível na relação que mantém com o campo científico, junta uma função unificadora: produz a identidade comum ao campo de produção cultural. Esse duplo papel sustenta-se nas posições sociais ocupadas pelos seus produtores. É apenas na medida em que foi o produtor privilegiado de uma identidade nacional desde o fim do século XIX, que pode fazer reconhecer a legitimidade das distinções entre campos que produz.

A relação que o campo científico estabelece com a história é essencialmente devida à necessidade interna de fazer a história do campo (his2). Nas histórias das disciplinas científicas joga-se a luta

pela legitimidade e pertinência das práticas científicas. ^[17] A História fornece ao saber racionalizado um papel fulcral na construção do presente ("a evolução do espírito humano") produzindo, nessa operação, uma hierarquia dos conhecimentos sociais concorrentes. À sua posição nessa hierarquia corresponde uma hierarquia dos produtores culturais reproduzida pelos modos de acesso ao campo científico.

Profissões como Médico e Professor do Ensino Superior têm em comum um forte grau de credencialização da profissão. Essa credencialização está assegurada por mecanismos de selecção social de dois tipos: a montante, a instituição escolar; por outro lado, mecanismos coevos de produção da raridade da competência, as associações profissionais, e outras formas de fechamento social menos formalizadas. ^[18]

A diferenciação interna do campo científico assenta na ocupação dos lugares de produção de ciência "pura" por professores do ensino superior e numa maior abertura social relativa dos lugares de produção de ciência "aplicada", lugares que incitam à exclusividade das práticas de produção

cultural. Esta separação representa uma das estruturas fundamentais do campo científico. [19] O grau elevado de fornecimento de informação pelos agentes do campo científico resulta de um modo típico de produção-de-si só comparável com os produtores de História. Todos os eixos estruturadores da identidade destes produtores são revelados. Aliás, outra coisa não seria de esperar, pois são exactamente os mesmos que ao seu poder social mais se associam. A profissão (tendencialmente declarada), o sexo e a residência são percebidos como elementos de distinção. A relação que o campo científico mantém com outros campos leva os seus agentes a transporem a sua identidade no campo de produção cultural para o espaço social. O ajustamento entre posições sociais e acesso a subcampos do campo cultural faz-se de forma diferenciada nos processos de produção-de-si expressos nos Anuários. Se, no campo científico, existe um reforço mútuo dos dois capitais configurando uma relação estrutural positiva, no campo literário essa relação estrutural tende a conduzir os agentes a separar as duas identidades. Em esquema, as posições sociais dominantes fazem da enunciação dessa posição um atributo social suficiente da sua participação no campo, ao passo que as posições dominadas fazem um uso quase exclusivo da revelação da sua produção literária na produção-de-si. Enfim, duas formas complementares, opostas ao longo do eixo 2, de produzir a autonomia do campo de produção cultural.

A estruturação das práticas literárias em Portugal esteve desde cedo ligada a certos grupos profissionais. Não permitindo a formação de um grupo de escritores, as expansões de um mercado reduzido e largamente subsidiário do alargamento da imprensa, foram alimentadas por uma espécie de "pluriactividade" dos escritores. Essa "pluriactividade" está, aliás, na origem da associação destes dois quadrantes ao longo do eixo 2.

Os agentes ligados ao campo literário produzem a representação da autonomia do campo. Desenha-se um movimento de reclassificação social. Os agentes procuram no campo literário o valor social que as lógicas de mobilidade lhes negaram. Para tal apresentam-se como autónomos em relação às práticas quotidianas. A construção de modelos de "vida de artista" tornam simbolicamente irrelevante as múltiplas apresentações de si que um agente mobiliza nas situações de interacção. Neste sentido, a profissão, isto é, "o que se tem de fazer para sobreviver", é percebida como independente da produção literária.

O sentido da desvalorização está bem patente na exclusão do feminino em relação aos outros

subcampos de produção e na sua atracção pelo campo literário, especialmente no género poesia. [20] A divisão sexual do trabalho cultural parece alocar diferentes características sociais a diferentes tipos de produção, opondo, de certo modo, a sensibilidade artística à racionalidade científica.

O quadrante heterónimo do pólo dominado agrega profissões como Director de Jornal, Jornalista, Professor Primário, Outras Profissões Técnicas ou Manuais e Proprietário; escolaridade menor que universitário (de primário a técnico); idades até 40 anos; e a produção de jornalismo. As valências que, assim, se inscrevem neste espaço, ligam-se à estruturação da esfera pública política em Portugal, processo que encontra a sua génese nos finais do século XIX e a sua expansão nos anos da I República. A construção do campo político naquele contexto baseou-se numa imprensa política em crescimento volumétrico, que se sustentou na oferta de lugares de trabalho intelectual político a jovens saídos da ligeira expansão do ensino liceal e superior (reorganização do ensino superior em

1911). [21] Esta relação estrutural criou as condições propícias à heteronomia. Os agentes do que poderíamos designar como esfera pública política tendem, por isso, a revelar as suas propriedades desclassificadas.

(Des)continuidades no campo de produção cultural português nos anos 40

Os anuários literários permitiram-nos compreender a configuração do campo de produção cultural. No entanto, não devemos apenas olhar para estas diferenciações produzidas pelos agentes, mas procurar também a origem social da produção das diferenciações. É necessário localizar este momento forte de construção do campo de produção cultural português no processo histórico em que se insere.

No princípio da década de quarenta, o campo literário transformava-se pela acção dos que se definiram como "neo-realistas".

Em 1942, um crítico literário queixava-se, nas páginas da académica *Portucale*, a revista que edita e cujo director, Cláudio Basto, organiza os Anuários dos Escritores de 1941 e 1942, de um "certo barulho

no campo literário, a respeito dos rumos que deve seguir a literatura de ficção".^[22] O mesmo crítico dizia: "É aí temos, ao que parece, um grupo de romancistas", "os escritores portugueses recém-aparecidos, sabendo muito bem o que vale a obra da geração da *Presença*, insurgem-se contra ela, contra o seu conceito estético".^[23] O "barulho" que povoava o campo parecia ser algo indesejado: era preciso "generosidade" para "compreender" a nova geração. Era preciso fazer alguma coisa, pois algo estava em risco...ao menos "temporariamente". Ouvia-se ruído e procurava-se a harmonia. Mas o que para uns era ruído, para outros era uma sonoridade fundadora - um "movimento de renovação".^[24] A "institucionalização da anomia" como forma legítima de transformação do campo de produção cultural era algo assente, desde a dissidência da "geração de 70", na segunda metade do século XIX.^[25] Aos "velhos", instalados nas posições dominantes, opunham-se os "novos" numa luta herética pela conquista da legitimidade artística. Uns, interessados na continuidade da estrutura das relações de forças que diferenciava o campo, e que lhes garantia uma maximização do seu poder; os outros, interessados na criação da ruptura, na formação de uma descontinuidade fundada na imposição de novos princípios de definição do valor dos produtos e dos produtores. Esta luta marcava, de forma particularmente aguda, a agenda das tomadas de posição no campo durante os anos 40. Em causa, pois, os pilares da autonomia do campo. Para os neo-realistas, o romance aparecia como o género por excelência da nova atitude estética, o que punha em causa a hierarquia dos géneros institucionalizada no campo literário português desde o final do século XIX, que concedia à poesia o lugar cimeiro. Era a *Presença* que simbolizava as propriedades literárias a ultrapassar: o subjectivismo, o "voltar-se para dentro de si", a valorização da estética em detrimento do conteúdo, o intelectual isolado, separado do mundo, na sua "Torre de Marfim", enfim, a Arte pela Arte. A este modelo opunham uma nova "literatura social" produzida pelo novo intelectual, implicado na acção "real": "O artista não pode abdicar da sua qualidade de homem político, nem a sua obra ou a sua vida podem estar fora do jogo em que agora se

joga decisivamente a paz, a segurança e a felicidade dos homens".^[26] Ao fazer prolongar a sua posição estética numa posição política, este grupo propõe uma inversão nos princípios sustentadores da autonomia do campo literário, passando esta a pautar-se por uma oposição política ao regime de Salazar. Os anos da guerra, e os que se lhe seguiram, puseram

em causa a legitimidade do sistema político: "a primeira crise séria do regime".^[27] Esta mudança, percebida como "ruído" por aqueles que, numa posição dominante, se sentiam ameaçados, vem concentrar nos processos do campo literário uma luta jogada em dois campos. A deslocação das posições relativas dos agentes do campo literário produziu a tensão estruturante da procura de objectivações; e objectivações recenseadoras, como os anuários literários de 1941/42 e 1948, e objectivações interpretativas que, pelo reconhecimento devido ao produtor, fizessem

reconhecer a "nova fase da história literária portuguesa".^[28] Neste sentido, encontramos, nos processos relativos ao campo literário, as condições que produziram a necessidade de fixar as propriedades que definem, e que, assim, diferenciam, "a pessoa e a actividade literária ou científica" dos produtores culturais.^[29] É pela delimitação do trabalho de definição das fronteiras sociais do campo a elementos representados como "objectivos" que localizamos a posição dos seus produtores. As propriedades escolhidas não permitem distinguir "escritores" de "escrevedores e escrevinhadores", antes homogeneizam, na medida da procura suportada por agentes mais susceptíveis às tensões da transformação, unificam o que se tornava

irremediavelmente contraditório.^[30] O nome, forma institucional de "totalização e unificação do eu" que produz a ilusão de permanência para além de toda a mudança^[31], a residência, objectivação espacial de redes sociais, a profissão ou cargo, posição social formalizada, e a "especialidade como escritor", institucionalização das relações entre os tipos de produção, representam a

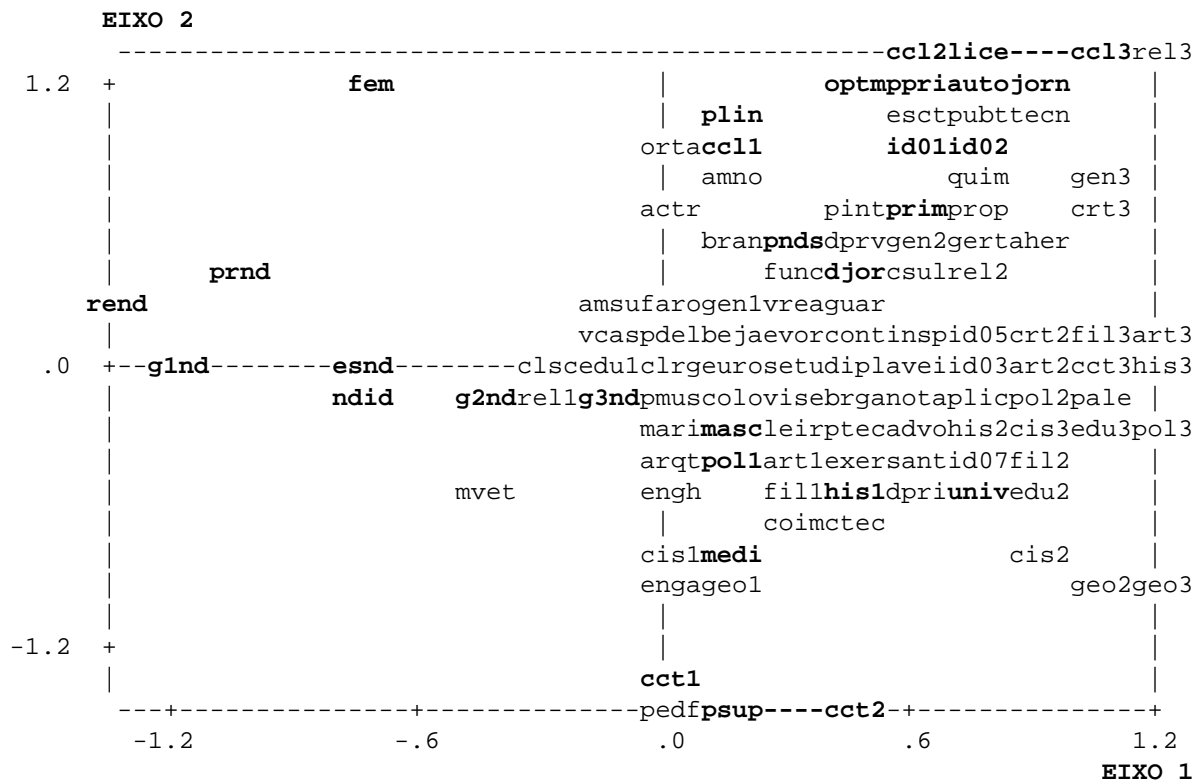
matriz representacional para o consenso no campo de produção cultural.^[32] Este impeto consensualizador, que é monopólio da posição ameaçada, não se limita a "arrolamentos" e esconde as linhas de fractura nas interpretações de meio século de literatura portuguesa. José Osório de Oliveira, colaborador do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação e historiador da literatura portuguesa e brasileira, não descobre alterações profundas no campo:^[33]

Carlos Malheiro Dias continua o realismo de Eça de Queiroz, Bourbon de Menezes continua a "mentalidade romântica e o estilo impressionista" de Fialho, Mário Beirão o saudosismo de Pascoaes, o modernismo ecoa Nobre e Cesário.^[34] Aqui não se reconhece o "meio século que vai de 1890 a 1940", no qual, segundo António José Saraiva, "a literatura portuguesa atravessa uma crise que

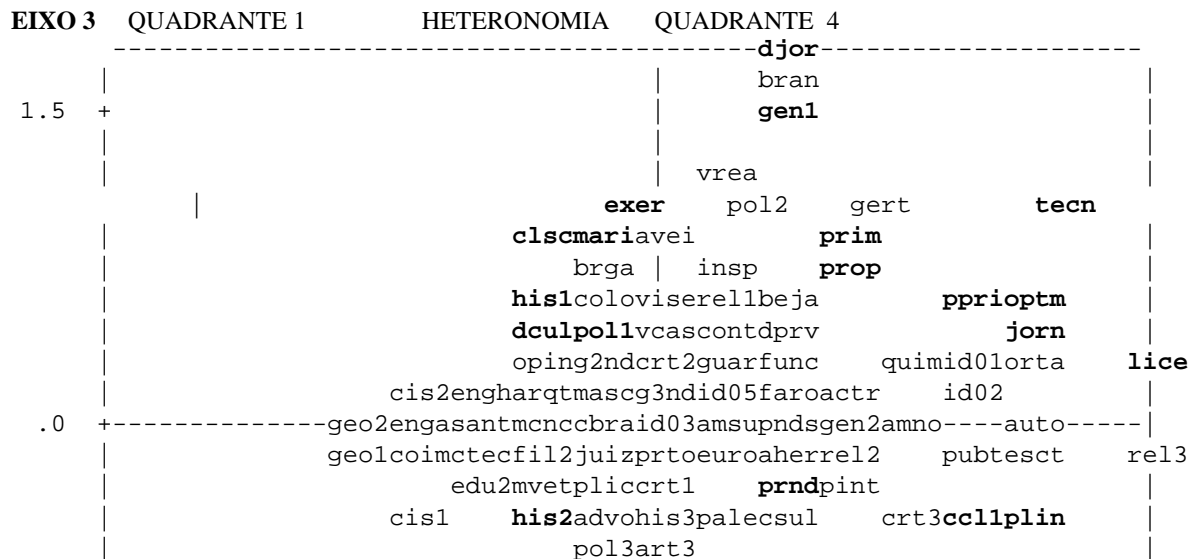
se manifesta pela falta de fôlego ideológico dos escritores e pelo eclipse da consciência do seu papel nacional de condutores”, crise essa só terminada “com o advento do romance, conto e poesia neo-realista”.^[35] Em Osório de Oliveira, Alves Redol convive pacificamente, na mesma página, com Luiz Forjaz Trigueiros, um opositor da interacção da literatura com a “dialéctica marxista”.^[36] O início do processo de inversão da hierarquia política colocava alguns agentes do campo em situação de insegurança.^[37] O ímpeto consensualizador teve como consequência impremeditada a construção de hierarquias e lugares de produção. Era necessário fazer um ponto de ordem.

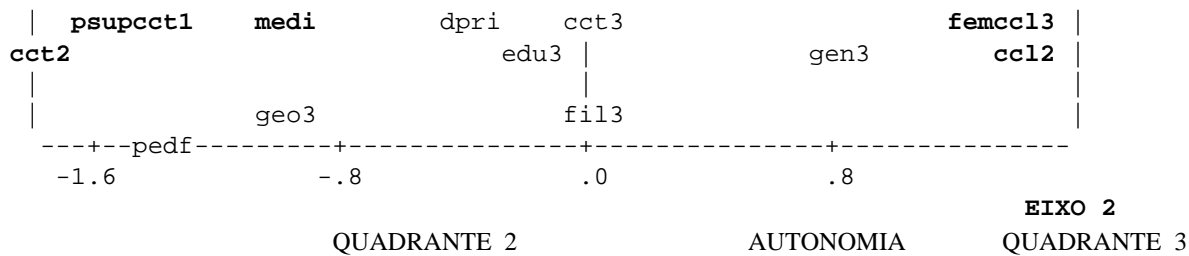
Planos Factoriais — Anuário de 1948

EIXO 1 * EIXO 2



EIXO 2 * EIXO 3





Dicionário Anuário 1948 - Análise Factorial

GÉNERO

fem feminino
masc masculino

IDADE EM 1948

id01 de 21 a 30 anos
id02 de 31 a 40 anos
id03 de 41 a 50 anos
id04 de 51 a 60 anos
id05 de 61 a 70 anos
id06 de 71 a 80 anos
id07 80 anos e mais
ndid não declara idade

ESCOLARIDADE

prim primário
lice liceal
tecn técnico/comercial
univ universitário
auto autodidata
esnd não declara escolaridade

PROFISSÃO segundo RECENSEAMENTO DE 1940

actr atriz/actor
ctec técnico de estatística
advo advogado/jurisconsultor
arqt arquitecto
clsc clero secular
cont contabilista
creg conservador de registo oficial
csul cônsul
dipl diplomata
dcul director de estabelecimentos culturais
dpri director de estabelecimentos prisionais
dpub director de serviços públicos
dprv director de serviços privados
engh engenheiro
enga engenheiro agrónomo
esct escritor
pubt publicista/tradutor
gert gerente
insp inspector de serviço
djor director de jornal
jorn jornalista/redactor
juiz juiz/magistrado
medi médico
mvet médico veterinário
mcnc ministro de culto não católico
nota notário

mari oficial da armada
exer oficial do exército
pint pintor
pedf professor de educação física
plic prof. ensino liceal
psup prof. ens. superior
ptec prof. ens. técnico
ppri prof. instrução primária
plin professor línguas
pmus professor música
pn ds prof. não-discriminado
quim químicos
clrg clero regular católico
prop proprietário
opin outra profissão intelectual
optm outra profissão técnica/manual
prnd não declara profissão.

RESIDÊNCIA

avei aveiro
beja beja
brga braga
bran bragança
cbra castelo branco
coim coimbra
evor Évora
faro faro
guar guarda
leir leiria
lisb lisboa
pale portalegre
prto porto
sant santarém
setu setúbal
vcas viana do castelo
vrea vila real
vise viseu
aher angra do heroísmo
orta horta
pdel ponta delgada
func funchal
colo colónias
euro europa
amno américa do norte
amsu américa do sul
rend não declara local de residência

ÁREA DE PRODUÇÃO TEMÁTICA (1,2,3)

gen# generalidades
crt# crítica e história literária
fil# filosofia
rel# religião
cis# ciências sociais, economia e direito
pol# política e assuntos coloniais
edu# educação e pedagogia
cct# campo científico (matemática, ciências naturais e ciências aplicadas)
ccl# campo literário (poesia, romance, novela, conto, música, teatro, espectáculos, outra prosa)
art# arte e história de arte
geo# geografia
his# história (história, arqueologia e etnografia)
g#nd não declara género 1,2,3

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Os nomes dos autores encontram-se por ordem alfabética.

- [1] Anuário dos Escritores, Claudio Basto (org.), Porto, Portucale, 1941 e 1942.
- [2] Anuário Artístico e Literário de Portugal, Lisboa, Agência UPI, 1948.
- [3] Idem, p. 292.
- [4] Idem, p. 309.
- [5] Idem, p.II.
- [6] Idem, p. I.
- [7] Vd. RAMOS, Rui (1994) A Segunda Fundação (1890-1926) in MATTOSO, coor. História de Portugal, Lisboa, Estampa, pp. 55; para um exemplo desse tipo de inquéritos Vd. PORTUGAL, Boavida, Inquérito Literário, Lisboa, Livraria Clássica, 1915.
- [8] Vide p. ex. OLIVEIRA, A. Lopes de, Como Trabalham os nossos Escritores, Lisboa, Editorial Proença, 1950. Para uma explicitação mais normativa da "vida intelectual" deve ler-se: MALPIQUE, Cruz, Introdução à Vida Intelectual, Coimbra, Imprensa Universidade de Coimbra, 1934; ou SERTILLANGES, A.-D., A Vida Intelectual, Coimbra, Arménio Amaro, 1940.
- [9] Anuário dos Escritores, idem, p. 4.
- [10] Cf. GIDDENS, A. (1984) The Constitution of Society, Cambridge, Polity Press, p. 3 e pp. 41-45.
- [11] GOFFMAN cit. in BOURDIEU, P. (1986) "Espace social et pouvoir symbolique" in BOURDIEU, P. (1987) Choses dites, Paris, Minuit, p. 153; vd. tb. GOFFMAN, E. (1990) The Presentation of Self in Everyday Life, London, Penguin, pp. 44-59, 76-82 e 231-236.
- [12] RYAN, M. T. (1994) "Gender and Public Access" in CALHOUN, C., ed. (1994) Habermas and the Public Sphere, Cambridge, MIT Press, pp. 259-287.
- [13] Esta variável foi construída com base no controlo da classificação e em contribuições teóricas no âmbito da teoria das classes sociais. Vd. BRANCO, R.; MOREIRA, T. e ROQUE, R. (1995) Os Intelectuais no Estado Novo - Configuração, Campo, Contextos (1933-45), Lisboa, relatório da cadeira de Seminário do ano lectivo 1994-95, policopiado, pp. 48-62 e 66.; WRIGHT, E. O. (1985) Classes, London, Verso.
- [14] Num contexto de institucionalização das hierarquias profissionais, a profissão surge como modo privilegiado de apresentação de si. É assim que a ocultação da profissão se assume como dependente de lógicas de género, posição no espaço social e posição no campo de produção cultural. Por um processo de ajustamento mútuo, os agentes relativamente desvalorizados no campo cultural tendem a procurar lugares no campo literário, onde as probabilidades de reclassificação são construídas de modo a parecerem objectivamente independentes do lugar social. O mesmo processo e a mesma construção da hierarquia do conhecimento social leva o campo literário a feminizar-se. As três lógicas parecem interagir na produção feminina de si: a sua posição no espaço social ajusta-se aos consensos tácitos do campo literário. A partir de um tipo particular de modelos Loglinear, os modelos Logit, pudemos pôr em relação o modelo teórico enunciado, cujos resultados apresentamos:

Coeficiente	Log Odds	Antilog	
Prbi	0,208	0,416	1,516
Prbi*C1Log	- 0,173	- 0,346	0,706
Prbi*Sx	- 0,467	- 0,934	0,393

Onde:

1,516 representa a probabilidade global de declarar profissão; significa aproximadamente que por cada dois indivíduos que não delaram profissão, três fazem-no;

0,706 representa o efeito de participar no campo literário, indicando o efeito líquido de escrever literatura vs. não escrever sobre a declaração de profissão; *ceteris paribus*, por cada 10 indivíduos que declaram profissão e participam no campo literário existem aproximadamente 7 que o não fazem;

0,393 representa o efeito do género, indicando o efeito líquido do género feminino vs. género masculino sobre a declaração de profissão; *ceteris paribus*, por cada 10 indivíduos do género masculino que declaram profissão, existem 4 do género feminino que o não fazem.

Fica claro que o efeito do género sobre a declaração de profissão perturba a equiproporcionalidade de uma forma visivelmente superior à perturbação introduzida pela participação no campo literário.

Partindo destes dados, que se circunscrevem à esfera heurística desta investigação, podemos avançar a hipótese de que a construção dos sentidos de profissão ou cargo excluiu o feminino do mundo profissional. A masculinização da representação de trabalho não admitia no seu interior as práticas de reprodução económica ou produção antroponómica que, neste contexto, caracterizavam a esfera de competências práticas associadas ao feminino.

- [15] Vd. BRANCO, MOREIRA, e ROQUE (1995) p. 21-27.
- [16] Cf. RAMOS do Ó, Jorge., (1993) O Dispositivo Cultural nos anos da "Política do Espírito": Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas, Policopiado, Lisboa (Dissertação de Mestrado de História do Sec. XX ap. à FCSH/UNL), pp. 76-88
- [17] WINCK, D. (1995) *Sociologie des Sciences*, Paris, Armand Colin, p.78.
- [18] "Pensamos poder falar de fechamento social de uma elite (a académica) por duas razões: a proximidade em relação à elite política constitui um conjunto de vantagens simbólicas e materiais que justificam processos de monopolização; as regras de acesso ao campo académico (de que é exemplo a alta codificação das agremiações académicas durante os anos 30 e 40) tendem a deixar de fora trajectórias sociais mais dependentes da premência de ganhos sociais (desajustamento com trajectórias de classe média). A estes factores vem juntar-se alguma dependência em relação às relações do campo político." in BRANCO, MOREIRA e ROQUE (1995) Op. cit., p. 37.
- [19] Cf. BOURDIEU, P. (1975), "La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison", in *Sociologie et Sociétés*, vol. VII, Maio, p. 96.
- [20] Não será, aliás, por acaso que Afonso Lopes Vieira considerava a produção poética uma "prenda" feminina, por ele alcunhada de "sonetos tricot das mulheres": cit. in RAMOS (1994) op. cit, p. 639.
- [21] Vd. RAMOS (1994) op. cit., pp.48-54 e 538-539.
- [22] J.M. in *Portucale*, Vol. XV, Jul.-Out., nº 88-89, 1942, pp. 167-68.
- [23] Idem, p. 169.
- [24] RIBEIRO, Afonso in *Vértice*, nº17-21, 1945, p.72.
- [25] Cf. BOURDIEU, P. (1991) "Le champ littéraire" in *ARSS*, nº 89, Sept., pp. 4-46.
- [26] OLIVEIRA, Carlos, in *Vértice*, nº 17-21, 1945, p. 37.
- [27] Cf. ROSAS, F. (1994) O Estado Novo (1926-1974) in MATTOSO, dir. História de Portugal, Lisboa, Estampa, pp. 301-418.
- [28] SARAIVA, A.J. História da Literatura Portuguesa, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970 (1ªed. 1949) p. 231.
- [29] Anuário dos Escritores, p.4.
- [30] Anuário Artístico e Literário de Portugal, p.2.
- [31] BOURDIEU, P. (1994) "L'Illusion Biographique" in *Raisons Pratiques*, Paris, Seuil, pp. 81-89. O nome artístico é o que permite a consagração carismática que atravessa as temporalidades internas do campo, que sustenta a sua definição como autor: Vd. BOURDIEU, P. (1992) *Les règles de l'art*, Paris, Seuil, pp. 106 e 238-40.
- [32] Anuário dos Escritores, p.8.
- [33] OLIVEIRA, J.O. de Meio Século de Literatura Portuguesa, Lisboa, Portugália, 1950.
- [34] Idem, p. 10.
- [35] SARAIVA Op. cit., p.231. Cf RAMOS do Ó, J. M. (1992) "Salazarismo e Cultura" in *Portugal e o Estado Novo*, Lisboa, Presença, pp. 450-453.
- [36] TRIGUEIROS, L. F. "Trinta anos de Cultura Nacional" in *Panorama*, nº2, III série, junho de 1956. Para as relações entre o marxismo e o neo-realismo vide REIS, C. (1983) O Discurso Ideológico do Neo- Realismo Português, Coimbra, Almedina.
- [37] Pensamos que o campo literário português se terá estruturado, neste período, na base de um forte elo entre oposição política e vanguarda artística. Cf. BOURDIEU(1992) Op. Cit., p. 175.